

Lélia Gonzalez

# Por um feminismo afro-latino-americano

Ensaio, intervenções e diálogos

Organização:  
Flávia Rios e Márcia Lima



## Discurso na Constituinte <sup>a</sup>

ANTES DE MAIS NADA, apresentamos nossos cumprimentos à Mesa, ao sr. presidente, ao sr. relator, à companheira Benedita da Silva, aos srs. constituintes aqui presentes, aos companheiros e companheiras do movimento negro.<sup>b</sup>

Colocar a questão do negro numa sociedade como a nossa é falar de um período histórico de construção de uma sociedade, construção essa que resultou em um grande país como o nosso e que em última instância resultou também, para os construtores deste país, num processo de marginalização e discriminação.

Invocamos aqui as palavras de Joaquim Nabuco, ao afirmar que o africano e o afro-brasileiro trabalham para os outros, ou seja, construíram uma sociedade para a classe e a raça dominante.

E falar de sociedade brasileira, falar de um processo histórico e de um processo social, é falar justamente da contribuição que o negro traz para esta sociedade; por outro lado, é falar de um silêncio e de uma marginalização de mecanismos que são desenvolvidos no interior desta sociedade para que ela se veja a si própria como uma sociedade branca, continental e masculina, diga-se de passagem. Ao levarmos em consideração que a ideologia é veiculada nos meios de comunicação — na escola, nas teorias e práticas pedagógicas —, vamos constatar o quê? Sabemos sempre que a escolha de um sistema de representação, de classificação, valoração e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante. No caso da sociedade brasileira, apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si.

Tenho esse tipo de experiência pelo fato de haver muitos alunos estrangeiros que vêm estudar conosco na universidade onde trabalhamos, a PUC do Rio de Janeiro; temos muitos alunos estrangeiros que vêm estudar no Brasil, e o primeiro espanto que têm diz respeito, por exemplo, aos meios de comunicação, sobretudo televisão, revista etc., onde a imagem do Brasil é a imagem de um país escandinavo. Eles levam um susto muito grande entre o que eles veem na publicidade, na propaganda, na comunicação de massa em geral, o que eles veem e ouvem, e o que efetivamente acontece. A sociedade brasileira criou essa visão alienada de si mesma, visão essa imposta pelas classes e elites dominantes, que querem fazer do nosso país, como fizeram a

partir da chamada grande migração, um grande país. E nesse processo vamos constatar que se instauraram políticas concretas de branqueamento da sociedade brasileira. Sabemos perfeitamente, estamos a um ano do centenário da abolição da escravidão, que um dos processos típicos desenvolvidos pelos poderes públicos no Brasil foi no sentido de estimular a vinda de imigrantes brancos a fim de embranquecer concretamente o país. Sabemos que o Brasil foi o único país das Américas que se negou a receber imigrantes não brancos. Mesmo nos Estados Unidos, considerados um país extremamente racista, receberam os indianos, chineses, enfim, todos os grupos não brancos; como vamos encontrar no Peru, também no Caribe etc. O Brasil foi o único país que rejeitou o imigrante não branco, porque o propósito fundamental era transformar este país num país capaz de chegar à civilização. O que significa isso? Significa que a ideologia dominante na sociedade brasileira, no final do século XIX até os anos 1930, embora essa ideologia se perpetue até os dias de hoje, era justamente embranquecer a sociedade brasileira, dar uma injeção muito grande no sentido da transformação física da população brasileira. E daí termos o período conhecido como o período da grande imigração. Por ironia da história, a grande imigração se baliza por duas datas: a primeira delas se coloca dois anos após a famosa abolição da escravatura no Brasil. De 1890 a 1930 vamos ter no país políticas de estímulo à presença do imigrante europeu na nossa sociedade, uma vez que a ideologia que se estabeleceu na nossa sociedade era justamente aquela de branqueamento. E qual a fundamentação dessa teoria? Claro que a fundamentação estava no velho evolucionismo, hoje devidamente superado, aquela perspectiva de que ser branco, europeu e homem significava estar no degrau máximo da sociedade ou da humanidade. Conhecemos bem os textos dos grandes ideólogos, antropólogos, sociólogos e cientistas sociais do século passado. Sabemos perfeitamente da presença muito forte da ideologia positivista na formação da sociedade brasileira, sobretudo na formação da nossa República. Sabemos que essa ideologia é uma ideologia evolucionista, que parte do mais baixo para o mais alto, do inferior para o superior, e sabemos perfeitamente que essa ficou, inclusive: o colonialismo europeu na África e no resto do mundo. Mas fundamentalmente nos interessa aqui, no caso, a África, a partida do continente africano, tendo como base ideológica justamente a famosa teoria evolucionista. Com isso, o homem branco se colocava no centro da evolução da humanidade e se afirmava superior. Conhecemos perfeitamente, esta bem

mais no nível do senso comum, a célebre Lei dos Três Estados, de Augusto Comte: o Estado Teológico, o Metafísico e o Positivo ou Científico. Claro que no Estado Teológico, sempre tripartidamente, vamos encontrar as diferentes culturas, que eram olhadas pelo europeu como selvagens. Quer dizer, o homem que não fosse europeu, que não fosse branco, era jogado no domínio da natureza, fundamentalmente os negros. Sabemos o que significou o encontro das populações africanas com o europeu, sobretudo nós que nos preocupamos com a situação da mulher negra. Nós sabemos que as civilizações africanas desenvolveram, no que diz respeito ao papel da mulher, uma ação social que não vamos encontrar no mundo ocidental e não vamos encontrar nas famosas civilizações greco-romanas, judaicas ou cristãs etc. Vamos perceber que essas civilizações são absolutamente desconhecidas entre elas, são omitidas no interior de uma sociedade como a nossa, que é constituída por cerca de 60% de descendentes de africanos. Desconhecemos totalmente a história das culturas e das civilizações africanas, e nos afirmamos num país europeu. O nosso conhecimento do passado europeu é extraordinário, mas o nosso desconhecimento em ideologia é isto, é um reconhecimento-desconhecimento, mas o nosso desconhecimento com relação à história da América pré-colombiana, com relação à história africana, é extraordinário. E aponta tranquilamente para um tipo de escolha, uma escolha que se dá justamente para afirmar uma suposta superioridade do homem branco ocidental.

A sociedade que se construiu no Brasil é a sociedade que se estratificou racialmente. Vemos que no Brasil as relações de poder se dão de uma forma absolutamente hierárquica. É uma sociedade hierárquica que temos, uma sociedade onde cada um reconhece o seu lugar; é a sociedade do “você sabe com quem está falando?”, ou uma sociedade cuja língua aponta para essa hierarquia porque nossos representantes têm de se chamar mutuamente de Excelência. Com aqueles que se encontram numa hierarquia superior, temos que mudar o tratamento, porque essa história de tu e você é só com os nossos iguais. Vejam que a própria língua aponta para essas diferenças, para essas desigualdades que se estabelecem numa sociedade hierárquica como a nossa. Hierárquica do ponto de vista das relações de classe; hierárquica do ponto de vista das relações sexuais, porque sabemos o papel da mulher dentro desta sociedade, fundamentalmente da mulher negra; e hierárquica do ponto de vista social. Porque se no vértice superior desta sociedade, que detém o poder econômico, político e social, de comunicação, educação e cultural,

neste vértice superior se encontra o homem branco ocidental, no seu vértice inferior vamos encontrar, de um lado, o índio, e do outro lado o negro.

Uma vez que a ideologia emana daqueles que detêm os meios de comunicação em suas mãos, que detêm a estrutura educacional, que detêm as políticas educacionais e culturais, o que se passa para o brasileiro médio é a visão de um país branco ocidental e absolutamente civilizado. É interessante percebermos que no nosso país, cultura, por exemplo, segundo essa perspectiva da classe e da raça dominante e do sexo, é importante dizer, a cultura é tudo aquilo que diz respeito à produção cultural ocidental. Já a produção cultural indígena, ou africana, ou afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore, seja como produção menor ou produção artesanal, mais ou menos nessa produção entre arte e artesanato. Vamos constatar, então, que um grande risco sofre a nossa sociedade. Vejam que estou falando de sociedade o tempo inteiro, não falei em nenhum momento em nação brasileira, uma vez que o projeto de nação brasileira ainda é o projeto de uma minoria dominante, o projeto do qual a população, o povo, isto é, o conjunto dos cidadãos, não participa, e nesse conjunto de cidadãos temos 60% que são negros. E, para criarmos uma nação, temos que criar o impulso comum de projeto com relação ao futuro. E, para podermos ter impulso com relação ao futuro, temos de conhecer o nosso. E a história do nosso país é uma história falada pela raça e classe dominante, é uma história oficial, apesar dos grandes esforços que vêm sendo realizados no presente momento. É então que vamos perceber que nesse período, que vem de 1888 para cá, as grandes promessas da campanha abolicionista não se realizaram; aquelas promessas de que o negro pode ser doutor, que pode ser isto e aquilo, que pode pretender uma ascensão social, nada disso aconteceu. Porque, efetivamente, vamos verificar os mecanismos jurídicos criados pela República positivista brasileira, no sentido de manutenção do negro na condição de trabalhador não qualificado e alijado do centro da produção econômica. Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país, um modo de produção capitalista, e a população negra, o conjunto dos trabalhadores negros, vai constituir uma espécie de exército de reserva ou até mesmo a população marginal crescente, que só tem acesso em termos de trabalho à periferia do sistema, ou seja: aos setores satelitizados da economia brasileira. Estou querendo dizer com isso é que não vamos encontrar o negro com aquele tipo de posição e de acesso aos chamados centros de produção do

capitalismo monopolista, vamos encontrá-lo ainda dentro da área periférica do capitalismo competitivo, nas pequenas indústrias e no campo, lutando por uma terra à qual ele tem o mínimo de direito, uma vez que foi ele o construtor da riqueza fundiária neste país, e sabemos que essa riqueza é absolutamente intocável e intocada e fonte de poder. Vamos constatar que esse negro vive nas regiões rurais, no campo ele vive nas regiões mais pobres, e a concentração da população negra brasileira se dá justamente nas regiões ditas menos desenvolvidas, fundamentalmente no Nordeste do país, enquanto que a concentração da população branca se dá nas regiões ditas desenvolvidas. Quer dizer, temos uma divisão racial do espaço não só no nível do país, mas também no nível das entidades, no nível do campo e no nível, evidentemente, da própria estrutura social, como já dissemos anteriormente. O Brasil está estruturado também numa perspectiva racial.

E não é por acaso, portanto, que vamos constatar que a maior parte da clientela dos presídios brasileiros é constituída por negros. E não é por acaso que a maior parte da clientela dos hospícios brasileiros é constituída por negros e por mulheres; não é por acaso que a mulher negra se encontra na prostituição, uma vez que a ideologia que aí está, a ideologia que nos vê a nós mulheres negras como prostitutas. Somos sempre encaradas dentro dessa perspectiva, que historicamente teríamos de resgatar na medida em que sabemos que a famosa ideologia da mestiçagem da democracia racial, que efetivamente é uma grande mentira, se faz em cima da violentação e do estupro da mulher negra. Sabemos que quando afirmam que o negro é incapaz de produzir intelectualmente, sabemos que existe uma discriminação racial, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista das teorias e das práticas pedagógicas, assim como existe uma discriminação no mercado de trabalho.

O Censo de 1980 está aí demonstrando que na nossa sociedade a hierarquia permanece. No que diz respeito ao acesso aos melhores salários nas diferentes profissões, vamos encontrar a relação hierárquica, e no primeiro plano está o homem branco, abaixo a mulher branca, em seguida o homem negro, e finalmente a mulher negra. É importante ressaltar que o racismo que existe na nossa sociedade tem que ser encarado olho no olho. Chega de ficarmos disfarçando que somos democratas raciais, que batemos no ombro do pretinho mas não admitimos que se case com nossas filhas, porque é demais! Chega dessa postura paternalista que marca todas as relações da sociedade brasileira, as relações dos donos do poder com relação

aos explorados, oprimidos e dominados; relações de compadrio, relações pessoais.

Sabemos perfeitamente o espanto que caracteriza esses senhores do poder, seja ele político, econômico, quando, por exemplo, o trabalhador brasileiro se organiza e faz uma greve. É um espanto: “Afinal somos tão bons, por que estão fazendo greve?”. Estamos cansados de ouvir isso. Por quê? Porque o tipo de ideologia que marca as nossas relações é a do paternalismo. Então nós, negros, temos que nos manter em nosso lugar, como já disse Millôr Fernandes: “Não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar”. É assim que se tenta manter a população negra neste país. Não se atentou, por exemplo, que o português que falamos aqui, nós todos, negros e brancos, é um português profundamente africanizado, português esse que foi transformado nos seus falares graças à presença da mulher negra nesta sociedade, que com sacrifício de seus filhos, que muitas vezes jogada na prostituição e muitas vezes explorada pelo seu senhor e pelo seu patrão nos dias de hoje, trouxe a sua contribuição. Anonimamente transformou o português camoniano, cuja pronúncia não sabemos exatamente. Nesse português que falamos aqui e agora, nessa linguagem muito mais rítmica, muito mais rica de som, essa mulher anônima fez isso. No entanto, tudo isso está apenas no discurso, quando está, daqueles que são responsáveis pela sociedade brasileira.

Por isso, num momento como este, nós, membros da comunidade negra, vimos colocar, se possível para toda a sociedade, esta situação de uma sociedade, de um país onde as diferenças são vistas como desigualdades. Onde o fato de ser negro, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde o fato de se ser índio, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde o fato de se ser mulher, portanto diferente do homem, significa ser inferior ao homem. Uma sociedade profundamente injusta, porque hierárquica. Uma sociedade onde, efetivamente, as relações de classe costumam a se estabelecer, embora nos polos mais avançados da produção econômica essas relações tenham se desenvolvido e, evidentemente, se espalhado por aí. Mas sabemos perfeitamente que grande parte das classes trabalhadoras brasileiras ainda está num processo de tentativa de articulação em termos de luta de classes, em termos de luta pelos seus direitos.

No que diz respeito à população negra não podemos, efetivamente, deixar de denunciar num fórum como esse, deixar de chamar a atenção num fórum

como esse, para o tipo de grande injustiça que se estabelece numa sociedade que, ironicamente, se autodenomina democrata racial. Que pelo fato de a construção ideológica, de as relações raciais no Brasil terem sido diferentes do modo de construção ideológica das relações raciais nos Estados Unidos, ou seja, aqui o preconceito é que marca, lá o preconceito é de origem, aqui é uma sociedade hierárquica, lá não é, está baseada nos velhos princípios da Revolução Francesa e da americana. Tendemos a achar que os Estados Unidos são um país racista e o Brasil não. O Brasil é uma democracia racial. Sabemos as origens desse mito da democracia racial. Ele tem a ver com a desmobilização do negro que se organiza nos anos 1910, 1920, 1930, explodindo na Frente Negra Brasileira. Vemos o sr. Getúlio Vargas apropriando-se dessa muito bem elaborada ideologia, o mui digno representante das elites açucareiras deste país, e se apresentando para a população negra como pai. O famoso discurso da democracia racial desmobiliza, inclusive, as esquerdas, que embarcam num discurso de direita, porque, transpondo mecanicamente a questão da luta de classes para a sociedade brasileira, mecanicamente, não geneticamente, o que vamos perceber? As esquerdas embarcam no velho discurso da democracia racial brasileira e não atentam para o fato de que a maior parte dos trabalhadores brasileiros é constituída por negros, e não atentam para essa contradição que marca as relações de nossa sociedade.

Diante disso, nós, negros, tivemos que ir à luta praticamente sozinhos e, sobretudo nos anos 1970, inspirados muito pela nossa própria história, pela nossa história de resistência, de postura democrática já em Palmares, no século <sup>xvii</sup>, democrática do ponto de vista racial. Partindo para nos organizar, vamos ter, nos anos 1970, todo o renascer do movimento negro na nossa sociedade, inspirado efetivamente nas lutas de libertação da África, sobretudo a África lusófona. Inspirados na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, mas fundamentalmente apoiados, rastreados, em cima da nossa própria história de resistência e de luta. Os nomes de Zumbi e de Palmares, a Revolta dos Malês, os nomes de Luísa Mahin e de Dandara, a Revolta da Chibata, dentro já do esquema da República positivista: são todos elementos de inspiração de nossa presença no interior do movimento social que na segunda metade dos anos 1970 se organiza e parte para a crítica do regime militar. E nesse momento em que aqui estamos, para discutir a questão da Constituinte, não podemos, se pretendemos efetivamente construir uma sociedade onde o princípio de isonomia efetivamente se

concretize, não podemos mais construir mentiras que abalem a possibilidade, que são uma grande ameaça à possibilidade da construção da nação brasileira, porque sem o crioulo, sem os negros, não se construirá uma nação neste país! Não adianta continuarmos com essa postura paternalista de bater nos ombros, mas que na hora H fecha todas as portas para que o negro, com toda a sua competência histórica, não tenha acesso ao mercado de trabalho, à organização dos partidos políticos. Sempre somos as bases, já perceberam isso? Ou então somos cooptados para representarmos o teatro da democracia racial. Não queremos mais isso.

Todos os que aqui estão presentes têm uma responsabilidade muito grande, sobretudo aqueles que pretendem efetivamente não defender os seus interesses pessoais ou da sua classe dominante. A esses não temos muita coisa a dizer e não significamos muito, mas àqueles que efetivamente têm um projeto de construção de uma sociedade justa e igualitária, onde o princípio da isonomia efetivamente se concretize, a esses nos dirigimos, temos que nos unir, temos que nos dar as mãos. E nesta Constituinte, fundamentalmente, o nosso papel é de povo atento ao que os senhores estão fazendo aqui, atentos ao trabalho que se vai desenvolvendo aqui, preocupadíssimos em belas propostas de campanha e práticas aqui dentro totalmente contraditórias.

Mas de qualquer forma nos unimos àqueles constituintes, àqueles efetivamente representantes do povo brasileiro, que se unem a nós, que são sensíveis às nossas propostas, às nossas denúncias, às nossas reivindicações, porque, repito, não é com a mulher negra na prostituição; não é com o homem negro sendo preso todos os dias por uma polícia que o considera, antes de mais nada, um suspeito; não é com a discriminação no mercado de trabalho; não é com a apresentação distorcida e insignificante da imagem do negro nos meios de comunicação; não é com teorias e práticas pedagógicas que esquecem, que omitem a história da África e das populações negras e indígenas no nosso país; não é com isso que se vai construir uma nação. Construir-se-á, isso sim, uma África do Sul muito bem-estruturada, mais bem-estruturada do que a própria África do Sul, porque, sem assumir legalmente o apartheid através de um discurso teatral da democracia racial, ela mantém um tipo de apartheid. Isto nós negros deste país, que lutamos, nós cidadãos deste país, pela nossa cidadania neste país, nós negros, mulheres, trabalhadores, não vamos permitir isso e por isso estamos aqui. Se quiserem estruturar uma África do Sul, que o façam, mas não pensem em

construir conosco uma nação, esse projeto de nação não é o nosso. O nosso projeto de nação está presente em nossas instituições negras, está presente, por exemplo, em uma umbanda que recebe de braços abertos católicos, espíritas, budistas etc. O nosso projeto é efetivamente de democracia, de sociedade justa, com todos os segmentos que a acompanham e igualitária com relação a todos os segmentos. (*palmas*)

[...]

Bom, companheira, não me chama de professora não, porque, na verdade, vamos perder este formalismo que, do ponto de vista proxêmico, o espaço nos impõe. Nós somos companheiras de luta e nós aprendemos umas com as outras e uns com os outros efetivamente. É verdade que, em termos de uma mudança em nível educacional, isso é fundamental. Essa colocação que você faz aí, no sentido de acabarmos com o famoso mito da democracia racial, é que leva a sociedade brasileira a se alienar de uma realidade que lhe é cotidiana. Evidentemente que as transformações, em termos das teorias e das práticas educacionais existentes em nosso país, são fundamentais. Porém, por outro lado, para além do sistema educacional, constatamos que a chamada educação informal é mais terrível ainda. É aquela que passa pelos meios de comunicação de massa e que repassa uma imagem distorcida do negro, uma imagem inferiorizada e que, efetivamente, se reflete nas nossas crianças pela internalização de uma inferioridade, inferioridade esta que é interiorizada através dos meios de comunicação e através do que se aprende na escola e, inclusive, no seio da família, porque a família negra não está alijada da sociedade. Quer dizer, são anos e anos de repetição contínua da famosa ideologia do branqueamento, que se articula com a ideologia e o comício da democracia racial.

Na verdade, o que se constata é que são dois aspectos de uma mesma questão. Então nos parece fundamental que, por exemplo, em termos dos meios de comunicação de massa, nós temos que nos aliar a todas as propostas mais avançadas no interior da Constituinte e fora dela para que esses meios de comunicação de massa não fiquem nas mãos de determinadas pessoas, que determinam o que deverá ser passado. Cabe aí uma crítica até mesmo às televisões, não as particulares, de iniciativa privada, mas inclusive até mesmo às chamadas televisões educativas, porque no Rio de Janeiro o que nós observamos é uma televisão educativa que deseduca o nosso povo, na medida em que tem elementos supostamente progressistas,

elementos supostamente avançados, mas que produzem tranquilamente esse mito da democracia racial e reforçam a ideologia do branqueamento.

Nós vimos agora que um dos poucos representantes da comunidade negra na TV Educativa do Rio de Janeiro não pode mais aparecer no vídeo. E o que acontece quando as nossas crianças, as nossas famílias só veem figuras como a do Mussum, que é um idiota, um débil mental, é o que “fala errado”? Quando nós vemos nas novelas, por exemplo, quando surge alguma coisa com relação ao negro de uma maneira mais avançada, como na novela *Corpo a Corpo*,<sup>d</sup> o que a gente percebe é que o nosso discurso de movimento negro, na novela, estava na boca dos brancos. Quer dizer, os personagens negros da novela eram uns alienados; não sabiam de nada; queriam mais era embranquecer. Agora, o discurso do movimento negro, que resulta de uma prática doída e sofrida, que todos nós temos tido no decorrer desses anos todos, aparece tranquilamente na boca de personagens brancos, reafirmando de novo a superioridade cultural, intelectual etc.

Então, quando nós vemos na publicidade que a criança negra só aparece para anunciar chocolate, quando aparece, e que o negro só aparece como trabalhador braçal, ou então como mulata, e aí entra a questão da exploração da mulher negra como objeto sexual, nós vamos constatar, então, que efetivamente nós temos que desenvolver um trabalho muito grande nessas duas áreas, que parecem fundamentais, porque, de repente, a televisão forma muito mais do que a escola. Mas, dentro da escola, nós temos que lutar, e já foi colocada, que é uma das nossas grandes reivindicações, lançada, inclusive, pelo MNU [Movimento Negro Unificado] nesses anos todos de luta, a instauração da história da África num currículo em todos os níveis e graus do ensino público e gratuito no Brasil, não é verdade? Porque, de repente, está aí a nossa companheira [Helena Theodoro], que é doutora em Filosofia e que sabe perfeitamente que a famosa filosofia grega não passou de uma apropriação muito grande dos mistérios egípcios, porque o Egito, na Antiguidade, era o grande centro de produção do saber e que houve uma apropriação por parte dos Sócrates, dos Aristóteles, dos Anaximandros, dos Empédocles, dos Pitágoras etc., e que de repente nós ficamos, assim, encantadas com esses senhores, quando nós sabemos que a fonte em que eles se abeberaram foi justamente a dos mistérios egípcios. E para quem tem um pouco de consciência histórica, para quem tem um pouco de saber histórico, sabe perfeitamente que os egípcios negros foram os civilizadores do mundo ocidental. Só que isso é devidamente recalcado e tirado de cena. Nós

sabemos que toda uma egiptologia foi criada no século passado justamente para tirar de cena, para recalcar a contribuição negra no sentido da humanidade, da civilização humana. Nós sabemos da presença de culturas negras importantíssimas entre os sumerianos, os fenícios, na Índia e mesmo na América, antes de Colombo. Mas nada disso nos é trazido. Então nós temos que lutar sim, companheiros, nesses dois níveis, sempre tendo em vista a questão da construção de um projeto de nação, porque um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo. E o povo brasileiro, neste momento, se encontra nessa encruzilhada; o povo brasileiro aqui representado pelos constituintes.

Foi o que nós colocamos: querem continuar com o apartheid sofisticado, sofisticadíssimo, como é o racismo brasileiro; é o mais sofisticado do mundo inteiro. Se querem continuar com isso, vão fazê-lo sozinho, porque o povo brasileiro estará construindo a sua própria história com muita luta, com muito sangue, suor e lágrimas. E, como disse a Helena: “Por amor, a gente vai à luta, a gente vai à guerra”.

[...]

Bom, com relação à questão que o companheiro meu colocou diretamente, vou tentar responder. [...]

Acabei de participar da Conferência Negritude, Etnicidade e Culturas na Afro-América, onde tivemos um encontro extraordinário de cientistas, pensadores, filósofos, poetas, artistas negros nos Estados Unidos agora, no final de fevereiro. E essa grande contribuição, vejam vocês, essa grande estratégia, em nível internacional, ela está se desenvolvendo. Nós temos aí o Festac, o Festival Pan-Africano de Arte e Cultura, que no próximo ano vai reunir tanto o continente quanto as diferentes diásporas para discutirem uma série de aspectos. Na próxima conferência da negritude, que será na Martinica, a questão que será colocada é justamente esta: quais as alternativas para uma nova sociedade? É essa a tarefa que nós temos. É importante dizer o seguinte, companheiros aqui presentes, que a ignorância que caracteriza, ignorância muito bem estruturada e assumida em termos de Brasil, a respeito da contribuição do negro, não há dúvida de que isso existe. O que nós percebemos é que, por exemplo, um tipo de encontro como esse nenhum jornal brasileiro deu, não dá, ele não fala, não interessa, porque estaria informando a maior parte do povo deste país a respeito da sua própria história, a respeito das suas próprias criações.

Agora, no que diz respeito à realidade brasileira, com relação a essa contribuição me parece que nós não podemos jogar tudo em cima da Constituição, evidentemente. Nós temos que estar atentos, temos que estar vigilantes, mas nós mesmos temos a nossa tarefa, temos a nossa tarefa de organizar, de mobilizar e de organizar a comunidade negra no sentido de que ela possa desenvolver, com suas próprias características, com suas características específicas, uma estratégia em termos de transformação, transformação no sentido, inclusive, de sensibilizar — parece-me que um dos aspectos fundamentais da nossa estratégia passa por aí — e mobilizar os setores progressistas não negros da sociedade brasileira para que, unidos, possamos construir uma nova sociedade. Nós temos duas responsabilidades: no nível oficial da Lei Maior, que é a Constituição, por isso estamos aqui, e no nível da nossa própria organização e onde quer que estejamos, no nosso local de trabalho, na igreja, no partido político, no clube, nós temos que estar tentando passar para os outros esta questão, organizadamente, e não esquecendo jamais, fundamentalmente, as nossas crianças. E parece que a grande questão passa por aí.

[...]

Só complementando.<sup>4</sup> É o seguinte, companheiro, você deve estar ciente de que uma série de encontros foi realizada pelo movimento negro, inclusive houve uma Convenção Nacional do Movimento Negro aqui em Brasília. No Rio de Janeiro nós nos reunimos no IPCN ( Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) , em casa, uns com os outros etc. para apresentar uma série de contribuições para entregarmos à companheira Benedita da Silva, na medida em que ela nos representa aqui e nos parece fundamental que a Bené, nossa Bené, essa força, linda, maravilhosa aqui, que para nós é a mulher mais bonita da Constituinte, é a Benedita da Silva. Quer dizer, os crioulos todos acham isso. É só olhar para ela. Olha a força! Olha a beleza!

[...]

É, o axé, não é verdade? Então, nós temos uma série de propostas, de sugestões para as mais diferentes comissões, não só para a Comissão da Ordem Social, à qual a Bené pertence, mas para todas as outras comissões, como a Comissão de Educação e Cultura etc. de que a Helena falou, a Comissão dos Direitos e Garantias do Indivíduo, na questão do preso, do preso comum, da tortura, uma série de sugestões que já estão nas mãos da companheira Bené, para que ela possa apresentar, em termos do nosso apoio, e da sua representatividade, em termos de comunidade negra.

[...]

Mas eu fico me lembrando,<sup>8</sup> por exemplo, quando terminando o curso de filosofia na Universidade do Rio de Janeiro, eu me caso com um colega branco — daí o meu nome, Gonzalez — e, de repente, não morava com a família, mas habituada à minha família negra, onde todo mundo briga mas faz as pazes e essas coisas todas, insisti para que ele retornasse ao seio de sua família. E sabem como me aceitaram? Como um caso — como se costuma dizer — de concubinagem, até o momento em que verificaram que nós estávamos legalmente casados. Enquanto eu era a concubina negra de um jovem rapaz branco, que amanhã vai se casar com uma moça de boa família, no dia seguinte, quando souberam do casamento, daí em diante eu virei negra suja, prostituta, e coisas que tais.

Também gostaria de indicar para esta comissão a leitura de um livro escrito por três grandes companheiras brancas, chamado *O lugar do negro na força de trabalho* — essas companheiras são cientistas sociais do IBGE —, onde elas apontam que, por exemplo, em termos de relações inter-raciais no nosso país, a tendência é ao isolamento, sobretudo quando se trata da classe média para cima.

Nós vamos verificar que, se uma pequena proporção de homens negros com dez ou mais anos de estudo se casa com mulheres brancas, a proporção de homens brancos não existe. Afinal, quem já não amou uma mulher negra? Mas, afinal, quem já assumiu e se casou com essa mulher negra? Quem assumiu esse amor? (*palmas*) Nós sabemos como a história da mãe preta perpassa pela nossa sociedade.

Gostaria de chamar a atenção para um aspecto fundamental aqui, e que é uma proposta essencial nossa, de movimento negro: dizer que a questão do negro no Brasil não é uma questão de Constituição, mas de educação — e que depois a cultura vem —, é desconhecer o que é cultura, em primeiro lugar; em segundo lugar, é ter uma visão muito atrasada, muito de senso comum a respeito do que seja a cultura.

Desde as Constituições de 1934 e 1946 estão dizendo que todos somos iguais perante a lei. Nós queremos, sim, mecanismos de resgate que possam colocar o negro efetivamente numa situação de igualdade porque, até o presente momento, somos iguais perante a lei, mas quem somos nós? Somos as grandes populações dos presídios, da prostituição, da marginalização no mercado de trabalho.

Nós queremos, sim, que a Constituição crie mecanismos que propiciem um efetivo “começar” em condições de igualdade da comunidade negra neste país. Falar dessa Constituição formal, isso a gente conhece há muito tempo; todos nós conhecemos os constituintes, todos dizem isso. Sem que isso constitua elemento de privilégio, nós queremos, sim, em termos de disposições finais, que haja estímulo junto à empresa, junto a tudo, para que essa comunidade negra deixe de ser a grande discriminada, a grande defasada, em termos da realidade brasileira.

Nós não estamos aqui brincando de fazer Constituição. Não queremos essa lei abstrata e geral que, de repente, reproduz aquela história de que no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar. Nós queremos, efetivamente, que a lei crie estímulos fiscais para que a sociedade civil e o Estado tomem medidas concretas de significação compensatória, a fim de implementar aos brasileiros de ascendência africana o direito à isonomia nos setores de trabalho, remuneração, educação, justiça, moradia, saúde e por aí afora.

Gente, nós não somos iguais perante essa lei, absolutamente, tanto que o sacrifício que fizemos para chegar aqui, nós que somos a maioria da população brasileira, por que não está cheio de negros aqui? Por que esta Constituinte é tão plena de brancos e tem apenas uns gatinhos-pingados de negro?

Vamos refletir a respeito disso, e termos a seriedade de levar a fundo a questão de construir uma sociedade nova, uma Constituição que garanta o princípio da isonomia, senão, malandro, é a velha heteronomia que nós já conhecemos desde 1500.

[...]

Pelo menos em termos de Rio de Janeiro nós apresentamos sugestões para as outras subcomissões. <sup>h</sup> Seguindo mais ou menos o critério do documento que foi apresentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que fez uma síntese das suas reivindicações a partir de uma perspectiva feminina, fizemos uma série de sugestões a partir de uma perspectiva negra. Evidente que não vamos tratar de poder no Brasil. Mas a gente chega lá. A Comissão da Ordem Econômica, de Direitos da Nacionalidade etc. Enfim, a todas as outras comissões nós demos sugestões que trouxemos do Rio de Janeiro e pedimos, inclusive, à companheira Benedita que encaminhe a essas outras comissões as nossas sugestões.

[...]

Rapidamente a gente está percebendo, na sessão da tarde, uma espécie de retorno, de perda do debate político, pelo que aconteceu hoje de manhã. Mas tudo bem, vai em frente.<sup>1</sup>

Nós estamos aqui para falar de pessoas negras que se destacaram, de por que estamos reforçando aqui o mito da democracia racial. E é isso, pega um negrinho daqui e outro dali e mostra que é maravilhoso e continuamos como “dantes no quartel de Abrantes”.

Agora, com relação à questão da imigração, eu gostaria de chamar a atenção para as pessoas aqui presentes que não ouviram, eu falei da grande imigração, justamente aquela que vai de 1890 a 1930, onde nós temos uma política perfeitamente delineada no sentido de desestabilizar a preponderância óbvia da população negra do nosso país. Nós sabemos disso perfeitamente, e é Getúlio Vargas que vai quebrar isso. Nós dizemos que seria até a certidão de nascimento do chamado populismo brasileiro, uma lei de 2 de novembro de 1930, quando Getúlio Vargas estabelece que os trabalhadores das empresas, das fábricas etc., dois terços desses trabalhadores teriam que ser brasileiros. E é a partir desse momento que nós vamos perceber que o negro começa a ingressar no mercado de trabalho, no capitalismo, falando de mercado de trabalho estamos falando em capitalismo, evidentemente.

Por outro lado, também me pareceu, por parte dos nobres companheiros, que a nossa fala aqui não é uma fala de ressentimento. Eu percebi na fala do companheiro uma fala de culpa, da culpabilidade. Quer dizer, os alemães, irmãos dos negros. Mas vejam a situação dos negros e a dos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul de hoje. É só olhar e dá para a gente ver onde essa irmandade foi parar. (*palmas*)

E um outro aspecto que eu acho fundamental também é o que diz respeito à questão que o companheiro constituinte [Ruy Nedel] colocou aqui, que os alemães, em 1851, estavam guardando as fronteiras na luta contra Juan Manuel de Rosas, a famosa figura da história argentina. Eu só gostaria de fazer um lembrete para os meus companheiros e companheiras aqui presentes, irmãos, irmãs aqui presentes: quando nós chegamos em Buenos Aires hoje, na Argentina, dizem que não existem negros lá. Mas é importante ressaltar o seguinte: que graças ao fato de esse sr. Rosas aí, que a nossa história oficial nos ensina como um ditador que fez e aconteceu, é preciso conhecer bem a história da Argentina para saber quem foi o Rosas. Esse senhor, por exemplo, ele tinha grandes encantos pela cultura negra,

porque nós sabemos, evidentemente, que a América Latina inteira teve presença negra, na Argentina também. Basta a gente ver os passos do tango. Percebe-se logo que o tango tem as suas origens culturais negras também. Mas nós vamos perceber que o fato que levou ao suposto desaparecimento dos negros na Argentina foi Rosas ser um aliado dos negros e um homem que estimulava, com a sua presença, as manifestações culturais dos negros portenhos, dos negros argentinos. No momento em que Rosas caiu, o crioulo dançou. A verdade é esta: uma perseguição violentíssima que ocorreu na Argentina. Muitos fugiram para o Uruguai, emigraram para o Uruguai, porque não havia possibilidade de permanecer na Argentina. Alguns poucos existentes permaneceram, sobretudo no famoso bairro de La Boca. Esse resgate de história do negro, não só no Brasil mas na América Latina, tem que ser feito. E não podemos deixar de ressaltar esses aspectos e gostaríamos, honestamente, que tivéssemos solidariedade, discurso solidário. Ainda hoje mesmo eu ouvi um discurso muito solidário de uma irmã e companheira de São Paulo. Ela me fez sérias críticas em relação a determinadas posturas que eu assumi, não aqui, mas aqui eu sou legal, mas a solidariedade está aí. E eu fiquei profundamente agradecida a uma prova de solidariedade por parte dessa companheira. O fato de nós colocarmos aqui a necessidade de efetivamente os representantes do povo brasileiro tomarem consciência, tomarem conhecimento da história do negro no nosso país, não é absolutamente um fato não solidário, muito pelo contrário, porque é importante ressaltar que, se formos buscar nos meandros mesmo da formação da sociedade brasileira, nós não encontraremos segmento mais nacionalista do que o segmento negro. Sabe por quê? Porque nós construímos, com o nosso sangue, com o nosso suor, com as nossas lágrimas, com o nosso desterro, com nosso exílio, nós construímos este país aqui. E nós amamos este país aqui, mais do que muita gente pensa que ama, porque nós, até este presente momento, por razões óbvias que discutimos hoje aqui de manhã, não pretendemos entregar este país a forças estrangeiras, para que nos transformem numa colônia, como a Colônia de Portugal. Não estamos aliados a forças externas que querem liquidar justamente com este povo, este povo do qual nós fazemos parte, destas populações historicamente oprimidas e discriminadas. É importante que companheiros e companheiras aqui presentes saibam que de repente é o pai negro que leva os seus filhos para ver o prédio no qual ele trabalhou com as suas mãos. Ele diz, “Olha, eu trabalhei na construção desse prédio”. Já que

ele não pode entrar naquele prédio agora, ele tem orgulho do seu trabalho. Então, companheiros, não caímos nesse discurso aparentemente patriótico, aparentemente solidário, que é o discurso da culpa, da culpabilidade. Quem entende um pouco de Freud, com licença da palavra, [ilegível]. Nós temos que estar aqui unidos sim; temos que ter a coragem de nos ouvirmos sim e temos que ter, sobretudo, a coragem de ouvir aquele segmento da população brasileira, como o segmento indígena, como o segmento feminino, que sempre foram objeto na história, que nunca foram sujeitos da sua própria fala, que agora se assumem como sujeitos da sua fala, se assumem como sujeitos da sua história. É por isso que nós estamos aqui. Exigimos o respeito que exigem de nós. E a nossa solidariedade ela se dá na crítica, para que possamos crescer todos juntos. Muito obrigada. (*palmas*) Só um detalhe: há uma diferença entre ser imigrante e ser escravo.

[...]

Acho que, a partir da questão básica dos direitos e garantias fundamentais, que foi objeto de discordância hoje de manhã, seria importante, por exemplo, o terceiro parágrafo, em cima do artigo, supostamente o primeiro.<sup>1</sup>

Homens e mulheres têm iguais direitos ao pleno exercício da cidadania, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia formal e materialmente. Parágrafo único: Ficam liminarmente revogados todos aqueles dispositivos legais que contenham qualquer discriminação. Todos são iguais perante a lei, que punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

1º : Ninguém será prejudicado ou privilegiado, em razão de nascimento, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, de deficiência física ou mental, e qualquer particularidade.

2º : O poder público, mediante programas específicos, promoverá igualdade social, política, econômica e social.

3º : Não constitui discriminação ou privilégio a aplicação de medidas compensatórias, visando a implementação do princípio constitucional da isonomia a pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados.

Porque, por aí, passa a questão do formalismo da lei, que nós temos que explicitar mais.

---

[a.](#) Estes pronunciamentos referem-se à participação de Lélia Gonzalez em reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes [na linguagem atual, pessoas com deficiência] e Minorias, realizada em 28 de abril de 1987, no Anexo II do Senado Federal. Sublinhe-se que a referida

subcomissão tinha como propósito influir nos termos dos assuntos que seriam pactuados na Constituição de 1988. Faziam parte da subcomissão os constituintes Doreto Capanari, Bosco França, Alcení Guerra, Benedita da Silva, Edival Motta, Hélio Costa, José Carlos Sabóia, Nelson Seixas, Renan Calheiros, Salatiel Carvalho, Almir Gabriel, Olivio Dutra, Carlos Alberto Caó, Edmilson Valentim, Anna Maria Rattes, Domingos Leonelli, Haroldo Sabóia, Osmir Lima e Ruy Nedel. Para essa ocasião, Lélia Gonzalez e Helena Theodoro foram convidadas a tratar da questão racial junto à subcomissão. Também participaram dos debates os seguintes representantes do movimento negro: Maria das Graças dos Santos, Murilo Ferreira, Ligia Garcia Mello, Orlando Costa, Januário Garcia e Mauro Paré. (N. O.)

**b.** Este primeiro pronunciamento de Lélia foi precedido pela seguinte fala da deputada Benedita da Silva: “Temos entre nós, hoje, como expositora da temática ‘O negro e a sua situação’, uma das mais brilhantes antropólogas que os negros puderam conhecer na história da sociedade brasileira, que é Lélia Gonzalez”. (N. O.)

**c.** Resposta de Lélia ao pronunciamento de Maria da Graça dos Santos, participante do debate como membro do Movimento Negro Unificado. Ela se dirige a Lélia chamando-a de professora e em seguida coloca no debate a pergunta: “Como iniciar a luta para derrubar o mito da democracia racial no Brasil instigando a sociedade a assumir o racismo?”. (N. O.)

**d.** Lélia se refere à polêmica de caráter racial que envolveu o casal interpretado por Marcos Paulo e Zezé Motta na novela *Corpo a Corpo*, uma trama de Gilberto Braga, dirigida por Dennis Carvalho e exibida pela TV Globo entre 1984 e 1985. (N. O.)

**e.** Lélia em resposta à pergunta de Orlando Costa, então representante do Inabra (Instituto Nacional Afro-Brasileiro), que a questiona sobre as formas de valorização dos negros brasileiros e de outras partes do mundo, considerando o desconhecimento que paira sobre esses grupos. (N. O.)

**f.** Aqui Lélia responde a perguntas de Mauro Paré, na ocasião representante da Fundação Sango, dirigidas a ela e a Helena Theodoro. Paré lhes questiona quais sugestões deveriam estar na Carta Constitucional. (N. O.)

**g.** Lélia em resposta à fala do relator da subcomissão, o constituinte Alcení Guerra, que diz: “A situação do negro no Brasil não é um problema de Constituição, mas de educação”. (N. O.)

**h.** Lélia complementa fala de Helena Theodoro, que pergunta se seria realmente possível ter oportunidade de discutir com o plenário e de estabelecer alianças com outras comissões, como a Subcomissão dos Direitos Humanos, para conseguirem representatividade. (N. O.)

**i.** Este pronunciamento de Lélia Gonzalez ocorreu na tarde do dia 28 de abril de 1987, na segunda sessão da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, na qual ocorreu a leitura das propostas a serem endereçadas à Assembleia Nacional Constituinte. Antes da leitura das propostas o presidente da sessão, Ivo Lech, permitiu pronunciamentos breves de notórios conhecedores da questão racial e também cedeu a fala a deputados constituintes. Em resposta a um desses discursos — em particular o do deputado constituinte Ruy Nedel —, Gonzalez fez essa reflexão sobre a questão dos imigrantes e dos negros no Brasil e na América Latina. (N. O.)

**j.** Nesta etapa, Lélia Gonzalez faz a leitura das propostas que ajudou a redigir para a Assembleia Nacional Constituinte. (N. O.)